

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 42/2015/SEFAZ/CGM**

Institui a regulamentação do procedimento referente à expedição de guias do Imposto de Transmissão Inter Vivos, a Qualquer Título, Por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, Por Natureza ou Acesso Física, e de Direitos Reais Sobre Imóveis, Exceto os de Garantia, Bem Como Cessão De Direitos à Sua Aquisição (ITBI) no Município de Itajaí.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, previstas no art.44, VIII e XIII, da LC 150/2009, e;

**CONSIDERANDO** a resposta à consulta efetuada por esta Secretaria, junto ao Conselho Municipal de Contribuinte de Itajaí – COMDECON, processo nº 3360181/2014, pela qual foram questionados os procedimentos adotados, até então, por esta Secretaria Municipal da Fazenda, na apuração da base de cálculo, para fins de lançamento do Imposto de Transmissão Inter Vivos, a Qualquer Título, Por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, Por Natureza ou Acesso Física, e de Direitos Reais Sobre Imóveis, Exceto os de Garantia, Bem Como Cessão De Direitos à Sua Aquisição(ITBI);

**CONSIDERANDO** a necessidade de normatização dos atos administrativos desta secretaria, bem como a necessidade da informação aos contribuintes sobre o procedimento que passará a ser adotado pelo Município, quando da expedição de guia para o recolhimento do ITBI nas transações pelas quais incidam o referido imposto, conforme art. 46 do Código Tributário Municipal, LC n.º 20/2002;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Normatizar o procedimento de expedição e arrecadação do Imposto de Transmissão Inter Vivos, a Qualquer Título, Por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, Por Natureza ou Acesso Física, e de Direitos Reais Sobre Imóveis, Exceto os de Garantia, Bem Como Cessão De Direitos à Sua Aquisição (ITBI):

§ 1º O contribuinte dirigir-se-á ao Setor de Arrecadação de ITBI para emissão da guia, de posse dos seguintes documentos:

**I-** Requerimento endereçado à Secretaria Municipal da Fazenda, com:

- a- dados completo do transmitente e do adquirente;
- b- descrição dos dados do imóvel, inclusive o número do cadastro imobiliário municipal;
- c- declaração sob as penas do art. 342 do Código Penal e dos Art. 1º e 2º da Lei 8.137/90, para todos os fins e efeitos legais, especificando o valor pactuado no negócio jurídico.

**II-** Contrato de compra e venda, financiamento, ou outro documento hábil à transferência imobiliária, nos termos do art. 46 do Código Tributário Municipal.

**§2º** Quando o documento acima referido, tiver transcorrido mais de um ano de sua elaboração, ele será corrigido pelo índice oficial do Município.

**Art. 2º** Após a apresentação dos documentos, será emitida a Guia para Recolhimento do imposto, devendo o responsável do setor de ITBI encaminhar o processo administrativo à Coordenadoria de Fiscalização da Secretaria da Fazenda.

**Art. 3º** Caso haja necessidade de revisão de lançamento, nos termos do art. 148 e 149 do Código Tributário Nacional, a Auditoria Fiscal Municipal deverá efetuar o lançamento de ofício do excedente nos termos do art. 142 do Código Tributário Nacional.

**Art. 4º** A conferência de dados constantes na Guia de Recolhimento será de responsabilidade do requerente ou do sujeito passivo.

**Art. 5º.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Itajaí-SC, 09 de março de 2015.

Marcos de Andrade  
Secretário Municipal da Fazenda